



**ARTEFATOS CULTURAIS, GÊNERO, SEXUALIDADE E PEDAGOGIAS FORA
DAS ESCOLAS**

**ARTEFACTOS CULTURALES, GÉNERO, SEXUALIDAD Y PEDAGOGÍAS
FUERA DE LAS ESCUELAS**

**CULTURAL ARTIFACTS, GENDER, SEXUALITY, AND PEDAGOGIES
BEYOND SCHOOLS**

Agenor Geovani Lopes¹

Luciana Kornatzki²

RESUMO: Este trabalho problematiza relações entre escola, artefatos culturais, gênero e sexualidade, tomando como referencial teóricas/os do campo dos Estudos Culturais, em suas vertentes pós-estruturalistas. Temos como objetivo analisar as pedagogias culturais de gênero, sexualidade e diferença tomando como objeto o filme "Eternos" (2021), da Marvel Studios, e suas possibilidades de construção de sujeitos. A pesquisa é estruturada em duas partes: a primeira consiste em uma reflexão crítica sobre demandas relacionadas a gênero e sexualidade nas escolas, enquanto a segunda trata-se de uma análise de personagens do filme, tendo como ferramenta o conceito de pedagogias culturais. Destacamos que no filme pode-se encontrar pedagogias que potencializam as diferenças de gênero e sexualidade, além de práticas inclusivas, como pensar no público da comunidade surda nos cinemas, a representação das mulheres enquanto protagonistas, diferentes configurações de famílias e também maneiras diversificadas de se constituir homens e mulheres para além dos estereótipos de gênero.

Palavras-chave: Artefatos Culturais; Pedagogias Culturais; Gênero e Sexualidade.

RESUMEN: Este trabajo problematiza las relaciones entre la escuela, los artefactos culturales, el género y la sexualidad, tomando como referencial teórico a autores/as del campo de los Estudios Culturales, en sus vertientes posestructuralistas. Nuestro objetivo es analizar las pedagogías culturales de género, sexualidad y diferencia, tomando como objeto de estudio la película "Eternos" (2021) de Marvel Studios y sus posibilidades en la construcción de sujetos. La investigación se estructura en dos partes: la primera consiste en una reflexión crítica sobre las demandas relacionadas con el género y la sexualidad en las escuelas, mientras que la segunda es un análisis de los personajes de la

¹ Especialista em Educação Inclusiva pela Universidade do Estado de Santa Catarina. a.geovanilpes@gmail.com.

² Doutora em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande. lukornatzki@mail.com

película, utilizando como herramienta el concepto de pedagogías culturales. Destacamos que en el filme pueden identificarse pedagogías que potencian las diferencias de género y sexualidad, además de prácticas inclusivas, como la consideración del público sordo en los cines, la representación de mujeres como protagonistas, diferentes configuraciones familiares y también formas diversificadas de constituir lo masculino y lo femenino más allá de los estereotipos de género.

Palabras-clave: Artefactos Culturales; Pedagogías Culturales; Género y Sexualidad.

ABSTRACT: This work examines the relationships between schools, cultural artifacts, gender, and sexuality, drawing on theoretical frameworks from Cultural Studies, particularly post-structuralist perspectives. Our goal is to analyze the cultural pedagogies of gender, sexuality, and difference, using the Marvel Studios film "Eternals" (2021) as a case study to explore its potential for subject formation. The research is structured in two parts: the first involves a critical reflection on demands related to gender and sexuality in schools, while the second focuses on an analysis of the film's characters, employing the concept of cultural pedagogies as an analytical tool. We highlight that the film showcases pedagogies that amplify gender and sexual differences, along with inclusive practices—such as its consideration for Deaf audiences in theaters, the representation of women as protagonists, diverse family structures, and non-stereotypical ways of constructing masculinity and femininity.

Keywords: Cultural Artifacts; Cultural Pedagogies; Gender and Sexuality

“O NÃO DITO” NAS ESCOLAS: sobre tentativas de deixar gênero e sexualidade de *fora*

No exercício da prática pedagógica junto aos Anos Finais do Ensino Fundamental³, é comum observar estudantes expressando comentários sobre gênero e sexualidade. Em contrapartida, nota-se uma postura frequentemente evasiva por parte de alguns/as docentes, que recorrem à noção de que se trata de um “assunto delicado” como justificativa para sua não abordagem. Essa resistência é preocupante, especialmente quando se verifica que tais temas, quando surgem no discurso estudantil, aparecem muitas vezes carregados de estigmas, traduzindo-se em práticas de chacota, *bullying* e manifestações abertamente preconceituosas. Diante desse cenário, cabe uma reflexão urgente: por que o receio de abordar um “assunto delicado” parece justificar o silêncio, enquanto a omissão diante da violência simbólica se normaliza? Estaríamos, assim, legitimando que o silêncio pedagógico contribua para a reprodução de opressões no espaço escolar?

Guacira Lopes Louro (2014) destaca que nas escolas estão presentes as desigualdades de gênero, expressos pela dicotomia “homem e mulher” que naturaliza e

³ Afirmação do primeiro autor deste trabalho.

reforça a heteronormatividade⁴. Dessa maneira, acabam reiterando estereótipos, marginalização e desigualdades não só nas escolas, mas em outros locais sociais. Conforme assegura a autora, essa instância social não apenas constitui diferenças de gênero, sexualidade, de classe e etnia, mas também as produz, por meio de seus materiais didáticos, do currículo escolar, dos processos de avaliação, de sua linguagem, suas normas e teorias (Louro, 2014).

As escolas podem ser, por vezes, um ambiente em que circulam diferentes preconceitos e discriminações, pois nelas estão presentes “Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso.” (Louro, 2014, p. 61). De acordo com a autora, a escola sempre foi um local de segregação e padronização de sujeitos, enfileirando estudantes, os enquadrando nos seus lugares, instituindo o que é coisa de menino e de menina. Mas o ambiente educativo é na verdade reflexo da sociedade e das relações de poder estabelecidas nela, portanto a escola representa ideais políticos e interesses de grupos, em sua maioria, conservadores/as, aqueles/as que buscam preservar valores tradicionais, já que mudanças são vistas como ameaças. No entanto, na medida em que reconhecemos que a prática escolar é política e os modos como as desigualdades sociais se instituem, podemos pensar em formas de subversão e mudança (Louro, 2014).

Porém, quando estudantes levam para a escola situações que não estão nos currículos, nem nos planejamentos das/os professoras/es, é comum a negligência, a fuga, a tentativa de deixar de *fora* tais assuntos. Cabe lembrar que gênero e sexualidade, mesmo que haja essa negação, não há como deixá-las de fora, pois são aspectos que constituem, fazem parte dos sujeitos (Louro, 2014). Alexandre Bortolini (2023, p. 123), no entanto, assevera que

Ignorar estes temas, ou pior, propositalmente restringir sua abordagem na escola constitui não apenas negligência, mas franco desrespeito aos princípios que regem a educação brasileira e os direitos de crianças e adolescentes, fundamentados na Constituição e em leis específicas.

Não obstante o desrespeito aos direitos das crianças e adolescentes, evitar um assunto na escola não impede que haja curiosidade, tampouco impede que os/as/es estudantes tenham acesso a essas informações que são silenciadas pela escola, mas estão

⁴ A heteronormatividade pode ser compreendida, em síntese, a partir do que apresenta Leandro Colling (2018, p. 58), segundo o qual “historicamente, o que ocorreu e ainda ocorre é que as famílias, as escolas e a sociedade em geral ensinam, de forma coercitiva e autoritária, que todos sejam heterossexuais. Se existe alguma promoção em curso, há séculos, é em relação à heterossexualidade e não em relação à homossexualidade”. A heteronormatividade compreende os processos pelos quais regulamos, educamos e controlamos os corpos para a obediência às normas heterossexuais.

presentes nas diferentes mídias. Louro (2014, p. 71) explana que “tão ou mais importante do que escutar o que é dito sobre os sujeitos, parece ser, perceber o *não dito*, aquilo que é silenciado.” Para a autora, a escola acredita que não falar sobre um assunto evita que as crianças tenham conhecimento, desta forma a ausência da curiosidade das/os estudantes garantiria a “norma”. “A ignorância (chamada, por alguns, de inocência) é vista como a mantenedora dos valores ou dos comportamentos ‘bons’ e confiáveis” (Louro, 2014, p. 72). Obviamente essa ideia está equivocada, quando se sabe que o acesso às informações não é exclusividade das escolas. Além disso, negar a existência de sujeitos de gênero e sexualidades diferentes contribui para sua marginalização e manutenção da heteronormatividade e também para uma visão distorcida e submetendo-os a ridicularizações, tanto nos espaços escolares quanto nos outros locais sociais, fazendo com que muitos jovens se reconheçam apenas como algo ruim ou indesejado (Louro, 2014).

Além disso, há quem sustente que discutir diferenças e diversidades na escola possa influenciar negativamente as crianças, levando-as a adotar comportamentos considerados “atos homossexuais” ou a modificar sua sexualidade. Essa preocupação é expressa por Leandro Colling (2018, p. 58), que aponta a existência de um discurso que acusa tais abordagens educativas de promoverem um suposto “proselitismo gay”. Ainda salientam que crianças são muito novas para saber sobre a homossexualidade (e outras marcas da diferença), ignorando a realidade em que elas vivem, na qual podem estar inseridas em relações sociais com pessoas LGBTQIAPN+ (Louro, 2014).

Se a sexualidade fosse uma influência e cabida de uma “escolha”, era de se pensar que no mundo jamais existiria uma pessoa homossexual, considerando que nossa sociedade é heteronormativa e as relações entre o homem e a mulher são vistas como uma norma, um padrão. Essa ideia remete à sexualidade como uma escolha, associando a uma “opção sexual”. Se as pessoas podem escolher com quem se relacionar; porque homossexuais iriam “escolher” uma sexualidade, que ocasionalmente os levam a sofrer chacota, *bullying*, preconceitos, exclusão social, ser ridicularizado, marginalizado, estereotipado, ser agredido ou até ser morto (Louro, 2014). Ninguém é capaz de escolher uma sexualidade. Pode-se assumir uma identidade sexual, gay, lésbica ou como melhor se identificar, mas ter uma sexualidade não é uma opção. Essas falácias estão associadas ao termo “ideologia de gênero”.

Fora da escola é comum encontrar discursos de ódio e notícias falsas em matérias de sites ou nas redes sociais que abominam sujeitos de sexualidades dissidentes e que espalham desinformações, como a “Ideologia de gênero”.

Segundo Leandro Colling (2018) e Rogério Diniz Junqueira (2017), a ideologia de gênero é uma invenção reacionária católica criada na década de noventa, após alguns poucos avanços nos direitos das pessoas LGBTQIAPN+ e visibilidades que estavam ganhando. Os/as conservadores/as que disseminam essa falácia recorrem a ela para propor que os estudos de gênero querem destruir a família tradicional e uma suposta ideia de infância “pura”, produzindo pânico moral. Eles ignoram as pluralidades de configurações familiares, elencam somente o seu ideário de família, composta de “pai, mãe e filhos”, unidos pelo matrimônio heterossexual, corroborando a heteronormatividade. Além disso, tais grupos pregam que pessoas homossexuais ou transexuais, travestis, pessoas não binárias, ou outras dissidências são anormais e doentes, portanto precisam de cura e não de direitos (Colling, 2018). É preciso lembrar, no entanto, que

[...] no dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o “homossexualismo” da lista internacional de doenças. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia emitiu a resolução 01/1999, que proíbe qualquer psicólogo/a realizar algum tratamento para reverter a homossexualidade de algum paciente (Colling, 2018, p. 56).

De acordo com o autor, esses grupos conservadores ainda relacionam a depressão e a disseminação do vírus da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) à homossexualidade. O que eles/as denominam como “ideologia de gênero” é na verdade uma forma de reforçar a heteronormatividade, de negar direitos às mulheres e reproduzir o patriarcado.

Se a escola nega sua responsabilidade e tem dificuldade em enfrentar os estereótipos e marginalizações que são reforçados pelas mídias, como os sujeitos poderão se compreender? E como seus familiares poderiam lhes entender?

Para que um/ a jovem possa vir a se reconhecer como homossexual, será preciso que ele/ela consiga desvincular gay e lésbica dos significados a que aprendeu a associá-los, ou seja, será preciso deixar de percebê-los como desvios, patologias, formas não-naturais e ilegais de sexualidade. Como se reconhecer em algo que se aprendeu a rejeitar e a desprezar? Como, estando imerso/a nesses discursos normalizadores, é possível articular sua (homo)sexualidade com prazer, com erotismo, com algo que pode ser exercido sem culpa? (Louro, 2014, p. 87).

Além disso, os currículos escolares e suas políticas estão constantemente na mira de conservadores/as numa tentativa de regular e manter os/as jovens dentro da norma e dos padrões que eles/as consideram por verdadeiros valores morais legítimos e universais.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), documento normativo com orientações curriculares e propostas educativas obrigatórias para o ensino no país, a educação sexual como tema contemporâneo transversal não está presente, sendo totalmente retirada. Isso pode ser um reflexo da retirada dos termos de “gênero e orientação sexual” do Plano Nacional de Educação (PNE) com vigência de 2014 até 2024. De acordo com Patrícia Mendes, Kátia Maheirie e Marivete Gesser (2021), houve uma disputa entre parlamentares conservadores/as e progressistas no congresso para a retirada dos termos do PNE que foi sancionado em junho de 2014. Houve três sessões no senado que culminou na troca dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” em substituição pela expressão “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (Mendes; Maheirie; Gesserm, 2021, p.132). Ainda segundo as autoras, deputados/as e senadores/as conservadores/as manifestaram seu repúdio elaborando orientações direcionadas à sociedade, nas quais denunciavam, de forma distorcida, a chamada “ideologia de gênero” e propagavam alertas infundados sobre os supostos “perigos das questões de gênero” no contexto educacional (Mendes, Maheirie & Gesser, 2020), tendo em vista o seu apagamento no currículo. Esse fato corrobora com a afirmação de Louro, segundo a qual “a pressão desses grupos vai na direção do silenciamento, possivelmente supondo que se não se tocar nessas questões elas não ‘entrarão’ na escola.” (2014, p. 135).

No entanto, ainda que haja uma intensa pressão por parte de grupos políticos e sociais conservadores que disseminam informações falsas sobre a abordagem das questões de gênero e sexualidade, há mais de uma década no país, Alexandre Bortolini (2023) nos mostra que também é falsa a informação de que falar sobre gênero estaria proibido. O pesquisador evidencia, a partir de uma análise de normativas que regem a educação no país, as diretrizes curriculares que apoiam os princípios que devem guiar o trabalho pedagógico nas escolas brasileiras e que asseguram o direito e o dever de falar sobre gênero na escola. Desde a Carta Magna de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96), ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), incluindo mais recentemente a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), as Diretrizes Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação e Base Nacional Comum Curricular, entre outros, Bortolini (2023) evidencia os elementos apresentados nesse conjunto de normas e que sustentam a abordagem de gênero no currículo, não de forma

explícita, mas pelas proposições em torno do combate à violência e enfrentamento à discriminação, promoção das diversidades, superação das desigualdades, o reconhecimento e valorização das diferenças e o respeito aos direitos humanos.

A partir dessas diretrizes, a comunidade escolar pode provocar nos/nas/es estudantes a possibilidade de pensar a realidade de outros modos, estabelecer críticas sobre ela e lhes dar ferramentas para mudar suas estruturas, nos aspectos que dizem respeito às relações de poder, comportamentos hegemônicos e hierarquizações no âmbito das questões de gênero, sexualidade e diferença (Louro, 2014). É importante destacar que

Sem alimentar uma postura reducionista ou ingênua — que supõe ser possível transformar toda a sociedade a partir da escola ou supõe ser possível eliminar as relações de poder em qualquer instância — isso implica adotar uma atitude vigilante e contínua no sentido de procurar desestabilizar as divisões e problematizar a conformidade com o "natural"; isso implica disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder (Louro, 2014, p. 90).

Contudo, é fundamental atentar para as formas pelas quais diferentes instâncias sociais, para além da escola, por meio das relações de poder, impõem saberes que produzem hierarquizações e sustentam preconceitos. Como aponta Foucault (1995), o saber está intrinsecamente ligado ao poder, de modo que determinadas verdades são legitimadas e naturalizadas pelas instituições. Esses saberes influenciam diretamente os modos de vida das pessoas, como ao atribuir gênero a cores ou ao estabelecer normas sobre o que meninos e meninas devem ou não fazer. Nesse sentido, Butler (2003) destaca que o gênero não é uma essência fixa, mas sim uma construção performativa reiterada por discursos normativos que delimitam o que é socialmente aceitável para cada identidade de gênero.

É preciso questionar, portanto, outras instâncias e artefatos culturais que educam os sujeitos, uma vez que conhecimentos também são propagados em distintos locais, porém muitas vezes vistos como não educativos. São saberes do cotidiano, um saber comum, que pode estar em todos os lugares, nos desenhos animados, filmes, livros e histórias em quadrinhos, nos quais as crianças estão sempre expostas e sujeitas a pedagogias culturais. De acordo com José Luiz dos Santos (1996), no advento tecnológico, as pessoas têm acesso a incomensuráveis meios de comunicação, informações e conhecimentos nos meios de entretenimento e estes transmitem pedagogias culturais. Essa cultura é chamada de “cultura de massa”, pois é possível compartilhar informações em grande escala e essas informações podem homogeneizar os costumes e a

visão de pessoas em todas as camadas e classes sociais, de maneira a exercer o controle sobre elas. Essas pedagogias culturais estão presentes na televisão, nas rádios, imprensa, cinema e atualmente na *internet*. José Luiz dos Santos (1996, p.69) argumenta que os meios de comunicação

[...] penetram em todas as esferas da vida social, no meio urbano ou rural, na vida profissional, nas atividades religiosas, no lazer, na educação, na participação política. Tais meios de comunicação não só transmitem informações, não só apregoam mensagens. Eles também difundem maneiras de se comportar, propõem estilos de vida, modos de organizar a vida cotidiana, de arrumar a casa, de se vestir, maneiras de falar e de escrever, de sonhar, de sofrer, de pensar, de lutar, de amar. [...] A lógica de sua maneira de funcionar é a homogeneização da sociedade, é o amaciamento dos conflitos sociais (Santos, 1996, p. 69).

Em algumas situações, as mensagens veiculadas podem ser um projeto da classe dominante para realmente tornar igual e controlar a sociedade, porém não é e nem determina a cultura dessas pessoas (Santos, 1996). Pois, mesmo com todo o poder de homogeneizar a sociedade, as diferenças das pessoas, sejam de gêneros, raças, etnias, culturas e religiões, estão presentes em diversas esferas. Essas diferenças persistem por conta de movimentos de resistência considerados fora dos padrões sociais normativos, que reivindicam visibilidade e liberdade. Se é possível utilizar a cultura para a permanência de práticas sociais preconceituosas, também é possível usá-la para propor reflexões, problematizar costumes, operar a favor da inclusão das pessoas nos diversos espaços sociais e também agir sobre a realidade de maneira que haja mudanças na diminuição e erradicação das desigualdades, práticas discriminatórias, excludentes e violentas. Nessa direção, “não há razão para querer imortalizar as facetas culturais que resultam da miséria e da opressão. Afinal, as culturas movem-se não apenas pelo que existe, mas também pelas possibilidades e projetos do que pode vir a existir” (Santos, 1996, p. 20). Dessa forma, cabe analisar que possibilidades podem trazer artefatos culturais para outras formas de ser e existir.

SOBRE ARTEFATOS CULTURAIS, GÊNERO, SEXUALIDADE E DIFERENÇAS

Na contemporaneidade, é comum encontrar em todo lugar pessoas, das mais diferentes idades, com um dispositivo móvel, celular ou tablet, nas mãos, consumindo conteúdos midiáticos como redes sociais, jogos, vídeos, filmes e séries em plataformas

de *streaming* no *youtube*, *Netflix* ou *Tik Tok*, entre outras. Crianças e adolescentes, geralmente, sem nenhuma supervisão de seus responsáveis.

Dentre os diferentes conteúdos que circulam na rede, as pessoas acabam, por vezes, se deparando com discursos sobre gênero, sexualidade e diversidade. Esses conteúdos podem ser diálogos breves ou explicativos com informações que geram conhecimento ou discursos falaciosos que geram intolerância e até mesmo pânico moral. Além disso, uma das principais características das mídias na *internet* é ter um grande alcance de pessoas, portanto é possível questionar esses diferentes discursos produzidos e de que modo podem produzir processos de subjetivação (Foucault, 2015; Dreyfus; Rabinow, 1995).

Discursos sobre as diversidades, gênero e sexualidades são frequentes na atualidade, entre as novas produções midiáticas. Como destacam Luciana Kornatzki e Paula Regina Costa Ribeiro (2017), ao discutirem sobre a série *Modern Family*, produzida por Christopher Lloyd e Steven Levitan, que explora diferentes configurações familiares e sexualidades. Observamos que, nas últimas décadas, cineastas, escritores/as e influenciadores digitais vêm criando diversos tipos de conteúdo buscando reconhecer diferentes representações identitárias⁵.

Em contrapartida, nem todo/a criador/a de conteúdo midiático tem como um de seus objetivos a ação política da representatividade, de modo que podem atacar as chamadas minorias, produzindo falas equivocadas ao tentar explicar alguma condição de modo a gerar ainda mais desinformação e confusões junto ao público. Por exemplo, quando se aborda a orientação sexual com o termo “opção sexual” ou quando se dirigir ou referir-se a uma pessoa pelo pronome errado. Como ocorreu no caso envolvendo o influenciador digital Carlinhos Maia, que em dezembro de 2024 se referiu à cantora Liniker, uma mulher trans, pelo pronome “ele”. Após a polêmica e cobranças de posicionamento por parte dos/as/es internautas, o influenciador, que é abertamente gay, alegou que “não sabe de tudo e que está aprendendo”. É importante que pessoas influentes tenham responsabilidade social, saibam se retratar e cuidar com esses discursos, pois seus milhares de seguidoras/es podem pensar que se um se homem gay pode falar de maneira equivocada e gerar algum insulto, qualquer outra/o também poderá falar, abrindo margem para diversos tipos de preconceitos.

⁵ Em se tratando de longa metragens, podemos destacar nomes como Daniel Ribeiro, produtor de “Hoje eu quero voltar sozinho” (2014), Mauro D’Addio, produtor de *Sobre rodas* (2017), Aly Muritiba, produtor de *Deserto particular* (2021). Podemos lembrar escritoras/es conhecidas/os como Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro, Walcyr Carrasco, bem como pesquisadoras como Sara Wagner York, Letícia Carolina Nascimento, entre outras/es/os.

Além disso, com a mesma intensidade de poder de alcance existem na *internet* muitas pessoas que produzem discursos de ódio e notícias falsas, propositalmente, sobre diversas esferas sociais e principalmente acerca de gênero e sexualidade. Todos esses conteúdos estão ao alcance da população, de maneira preocupante, e é preciso questionar as verdades produzidas pelas mídias *online*. Um problema recorrente dos conteúdos disseminados na *internet* no Brasil, é o combate às *fake news*, notícias falsas, e como é feito o controle sobre essas informações disponíveis na rede.

As redes sociais geralmente possuem mecanismos de denúncia que permitem que usuáries/os reportem conteúdos que violam os termos de serviço, como discurso de ódio, assédio, desinformação, entre outros. A partir dessas denúncias, as plataformas podem revisar e, se necessário, remover o conteúdo. Uma das principais críticas ao modelo de denúncia após a divulgação é que ele é reativo, e não preventivo. Isso significa que o conteúdo prejudicial já terá sido divulgado e possivelmente visto por muitas pessoas antes de ser removido. Entretanto, mesmo que o conteúdo seja removido posteriormente, o dano psicológico e social causado às vítimas já terá ocorrido, porém, o que é considerado ofensivo ou prejudicial pode variar entre diferentes usuáries/as/es, tornando a moderação um desafio complexo. Nesse âmbito, a lei nº 12.965/2014 estabelece garantias de direitos e deveres para o uso da *internet* no Brasil e foi criada para assegurar a liberdade de expressão, a proteção da privacidade e dos dados pessoais, além de estabelecer diretrizes para a *internet* no país (Brasil, 2014).

Embora o marco civil da *internet* estabeleça importantes diretrizes para a proteção dos direitos das/os usuáries/os, a Meta, empresa responsável pelas redes sociais como *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* e *Threads*, recentemente atualizou suas diretrizes de discurso de ódio para permitir a associação de doenças mentais a gênero ou orientação sexual. Essa mudança foi anunciada em janeiro de 2025, coincidindo com o fim do sistema de checagem de fatos da empresa. A nova política permite que usuáries/os/es façam alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, especialmente em contextos de discursos políticos e religiosos. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) protocolou uma representação no Ministério Público Federal (MPF) contra a Meta, solicitando providências sobre a decisão. A ANTRA argumenta que essa mudança pode aumentar a disseminação de discursos de ódio e desinformação contra a comunidade LGBTQIAPN+⁶ (Tuvuca, 2025).

⁶ “LGBTQIAPN + “Gays; Lésbicas; Bissexuais; Transexuais / Travestis; Queer; Intersexuais; Assexuais; Pansexuais, Não binário e variações de gênero e sexualidades).

Diante de todo o poder informativo da *internet* e de outras mídias, temos os espaços formais de educação que ignoram alguns artefatos culturais como produtores de conhecimento e também demandas sobre gênero e sexualidade.

Pode-se observar a repercussão de diferentes representações sociais em artefatos culturais midiáticos (Andrade, 2017) nessas primeiras décadas do século XXI. Para pensar as produções midiáticas mencionadas nessa pesquisa, são acionados alguns conceitos centrais, quais sejam, artefatos culturais, pedagogias culturais e modos de endereçamento, tendo em vista discutir sobre a relação das comunicações de massa com a educação.

Conforme Raquel Guimarães Lins e Roney Polato de Castro (2024), os artefatos culturais são produtos permeados por valores e conhecimentos culturais que revelam diferentes modos de existir e ocupar diversos lugares sociais. Conforme afirmam, “os artefatos culturais [...] interpelam os sujeitos a constituírem-se em meio a relações de aceitação, disputa e negociação com as pedagogias que colocam em funcionamento” (Lins; Castro, 2024, p. 146). Como artefatos culturais, podemos identificar os livros, revistas, filmes, desenhos, outdoors, jornais, programas televisivos, séries, mas também o celular, a *internet*, as redes sociais, jogos, vídeos, podcasts, entre outros. Os artefatos culturais são carregados de simbolismos e pedagogias que utilizam de narrativas para tratar de assuntos diversos e variadas formas de representações. “[...] Os artefatos, por meio de suas pedagogias culturais, produzem significados que interpelam os sujeitos, pois neles propagam valores, costumes, verdades de uma sociedade.” (Amaral; Caseira; Magalhães, 2017, p.126). Ainda em consonância com as autoras, os artefatos nos ensinam algo, estão educando aqueles/as que consomem esses produtos criados pela cultura.

Karin Strobel (2008) descreve artefatos culturais como produções humanas que estão imbricadas de simbologias e saberes capazes de expressar ideias e valores que vão além de materiais. Podem ser imagens, filmes, redes sociais, blogs e diversos materiais capazes de provocar reflexões, estabelecer uma comunicação e propor algum conhecimento; “também se pode incluir tudo o que se vê e sente quando se está em contato com a cultura de uma comunidade, como materiais, vestuário, maneira pela qual um sujeito se dirige a outro, tradições, valores e normas, etc.” (Strobel, 2008, p. 28). Vale ressaltar que os artefatos também podem produzir generificação, principalmente de homens em detrimento das mulheres.

A escola é, também, um local em que as/os estudantes compartilham essas vivências e trocam experiências, perpassadas por artefatos culturais, os quais colaboram para a construção de si, conforme aponta Marlécio Maknamara (2020). Essas vivências

se mesclam, trazendo crenças, culturas, costumes e conceitos pré-estabelecidos, e tratam sobre diversidades, gêneros e sexualidades que, em muitos casos, viram chacota, *bullying*, homofobia e opressão nos espaços educativos, reforçados por discursos presentes nesses artefatos. Portanto, é preciso reconhecer que os artefatos são carregados de valores e conhecimentos culturais que desempenham um papel significativo na formação dos indivíduos, especialmente no que diz respeito aos/as sujeitos/as escolares (Lins; Castro, 2024). Desse modo, precisamos pensar sobre o que ensinam esses artefatos, ou seja, problematizar suas pedagogias, uma vez que esses artefatos produzem pedagogias culturais. O termo pedagogia cultural, segundo Claudia Rael (2013), corresponde à compreensão de que a educação ocorre nos mais distintos espaços sociais e não se restringe apenas à escola. Esse termo nos provoca a perguntar o que ensinam esses artefatos? E que sujeitos pretendem formar?

Para Paula Deporte de Andrade (2017), as pedagogias culturais podem ser entendidas como uma ferramenta teórica para analisar como esses artefatos atuam “[...] na produção e disseminação de saberes e práticas” (p. 6), que colaboram para formação dos/as sujeitos e ensinam modos de ser e estar no mundo. Segundo Raquel Guimarães Lins e Roney Polato de Castro (2024) as pedagogias culturais englobam também os processos educativos que estão presentes nesses diversos artefatos culturais, como filmes, séries, músicas, jogos e outros produtos.

Quanto aos modos de endereçamento, Elizabeth Ellsworth (2001) descreve como uma mensagem que estabelece uma conexão entre o artefato e os espectadores. O termo foi desenvolvido a partir do campo cinematográfico no sentido de direcionar o conteúdo, em termos de cinema ou filme, a um público específico. Também é sobre como e para quem é destinada a mensagem. Ellsworth (2001) explica esse conceito a partir da teoria do cinema, mostrando como os filmes são criados para atingir um público-alvo e como isso influencia a interpretação, a interação e a reação dos/as espectadores/as.

Podemos questionar, sem a pretensão de responder nesse trabalho, como a escola, como espaço fundamental para estabelecer conexões com os diversos artefatos culturais, cria ou não possibilidades de analisá-los criticamente, destrinchando suas pedagogias e problematizando seus discursos em torno de quais sujeitos/as têm formado, como quais verdades têm produzido sobre gênero e sexualidade.

Mudanças sociais relacionadas a gênero e sexualidade vêm sendo visibilizadas cada vez mais pela internet, por meio das redes sociais, publicidades e outras produções midiáticas. Discussões sobre desigualdades de gênero, sexualidade e diversidade, assim, ganham mais espaço em produções midiáticas, incluindo produções cinematográficas.

Entretanto, mudanças progressistas encontram resistências, principalmente por parte dos grupos mais conservadores. Será que ignorar as diversidades fará com que não sejam percebidas? A atualidade evidencia que não, pois, os espaços estão marcados pelas diferenças⁷, pessoas lutam pelos direitos de ser e existir, por liberdade, reconhecimento e valorização. No entanto, nem todos os locais são de acolhimento e os estigmas sociais ainda existem, principalmente nas escolas, onde falta espaço para discussão e representatividade.

Nesse sentido, é fundamental entender como os artefatos culturais, dentre eles as produções audiovisuais, podem operar e afetar as pessoas e suas subjetividades, colaborando na construção de suas identidades. Também é importante reconhecer a potência dos artefatos culturais para pensar sobre as diferenças e combater desinformações, generalizações e falácias que barram discussões e os avanços de direitos da comunidade “LGBTQIAPN+”. Ou seja, reconhecer que eles podem produzir e reproduzir estereótipos por meio de suas pedagogias culturais, quanto questioná-los. Não obstante, na medida em que atuam reforçando preconceitos e normas sociais, podem ser utilizados em processos educativos para questionar seus discursos.

Dentre os diversos artefatos culturais e, neles, os filmes, é possível localizar as produções da Marvel Studios e seu amplo alcance de público. Neste estudo, tomamos como objeto de análise “Eternos” (*Eternals*), uma adaptação cinematográfica que teve sua estreia nos cinemas no ano de 2021.

A escolha desse filme foi pensada a partir de nossas observações nas escolas em que atuamos, no que está estampado em seus materiais escolares e nas produções artísticas, nos quais é marcante a presença ou diálogo com personagens da Marvel Studios. Pensando também na popularidade que esse estúdio de cinema tem entre os jovens, destacamos tal filme por ter uma mulher como diretora e uma das maiores bilheterias no Brasil, tendo mais de 2,6 milhões de pessoas como espectadores/as em salas de cinema.

Sendo assim, temos como objetivo analisar as pedagogias culturais de gênero, sexualidade e diferença tomando como objeto o filme “Eternos” (2021) e suas possibilidades de construção de sujeitos.

⁷ “O conceito de diferença, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. [...] a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política.” (Brah, 2006, p. 374)

Para análise crítica do filme, emprega-se como ferramenta o conceito de pedagogias culturais (Andrade, 2015, 2017), buscando pensar as possibilidades pedagógicas do filme em relação às questões de gênero, sexualidade e diferença. Para tanto, passamos de espectador/a do filme para outra posição, tendo como propósito problematizar as personagens a partir de nossos referenciais teóricos em torno das temáticas discutidas. Diante do exposto, podemos suscitar uma questão para refletir: como o filme “Eternos”, entendido como artefato cultural, pode contribuir para a inclusão e representação das diversidades?

A REPRESENTATIVIDADE NOS ARTEFATOS CULTURAIS E SUAS PEDAGOGIAS

Podemos encontrar uma diversidade de gêneros e sexualidades em filmes, séries, livros e histórias em quadrinhos, entre outros, com mais frequência do que alguns anos atrás. Esses produtos são muito desejados e comercializados para pessoas de todas as idades. E quando um/a personagem clássico de uma história muito famosa se adequa aos novos modelos sociais, pode gerar uma grande polêmica. Foi o que aconteceu em setembro de 2019, ocasião em que o prefeito do Rio de Janeiro ordenou que a história em quadrinhos "Vingadores: A Cruzada das Crianças" fosse recolhida da Bienal do Livro no Riocentro. O prefeito alegou que a revista continha "conteúdo sexual para menores" devido a uma cena em que dois personagens, Wiccano e Hulkling, que possuem uma relação homoafetiva, se beijam. A Bienal se recusou a atender o pedido do prefeito, afirmando que a feira dá voz a todos os públicos e que os/as visitantes têm o direito de solicitar a troca de produtos que não os/as agradam, conforme o código de defesa do consumidor. A atitude do prefeito foi amplamente criticada como um ato de censura e uma violação da liberdade de expressão. É importante destacar, no entanto, que a Constituição Brasileira (1988) garante a liberdade de expressão e proíbe a censura, e muitos/as argumentaram que a ação do prefeito foi uma tentativa de impor suas crenças pessoais sobre a população.

A revista em quadrinhos "Vingadores: A Cruzada das Crianças", é significativa por sua representação de personagens LGBTQIAPN+. A tentativa de censurar a obra foi vista como um ataque à visibilidade e aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, destacando a importância de continuar lutando pela inclusão, representatividade e aceitação (Grinberg; Ristow, 2019). O autor, Allan Heinberg, teve um olhar atento ao seu

público e obteve êxito em adaptar narrativas acerca da sexualidade dos personagens, dando espaço e visibilidade para a causa LGBTQIAPN+ em suas produções.

A reação de espanto a respeito da sexualidade dos personagens é curiosa ao considerarmos que não é a primeira vez que isso ocorre entre os heróis de quadrinhos. Na década de 1960 já existiam quadrinhos de super-heróis, os “X-Men” permeados com narrativas de teor político como os movimentos sociais que aconteciam nessa época. Os “X-Men” são pessoas que sofreram mutações genéticas e ganharam poderes e habilidades especiais, logo foram vistos como uma ameaça pela sociedade e passaram a sofrer vários tipos de violências.

Para lidar com a questão do preconceito contra as minorias, Stan Lee e Jack Kirby criaram o conceito dos "mutantes", seres humanos que, devido a uma característica genética incomum - o "fator x", mais tarde mudado para "gene x" - desenvolviam capacidades extraordinárias quando alcançavam a adolescência. "X" é uma incógnita muito usada na matemática, daí a inspiração de Lee e Kirby para nomear sua nova criação como os "X-Men". O grupo nada mais era do que uma alegoria que representava todas as minorias - negros, homossexuais, imigrantes, judeus, só para citar alguns - que sofriam de preconceito pela maioria dominante. Lee e Kirby usaram os quadrinhos até mesmo para representar as duas faces da luta pela igualdade de classes (Monteiro, 2021).

Ainda em consonância com o autor, os X-Men foram classificados como “Mutantes” para os diferenciar dos humanos que não possuíam habilidades especiais, esse termo também funciona como uma metáfora fazendo uma analogia a nossa realidade, em que há grupos que são marginalizados e enfrentam preconceitos da sociedade (Monteiro, 2021).

Os X-Men representam várias gerações de fãs pelo mundo e segundo Monteiro (2021, s.p.) “os seus escritores/as estão atentos às mudanças políticas e sociais que os rodeiam, pois sempre dão um jeito de criar tramas que refletem essas mudanças.” Stan Lee e Jack Kirby criaram histórias carregadas de pedagogias culturais, que ensinam as/os leitoras/es lições éticas e morais, assim como produzem e reproduzem valores, normas e regras sociais, “isso permite que a narrativa dos quadrinhos seja constantemente relevante, mesmo décadas depois de sua criação” (Monteiro, 2021, s.p.).

Esses quadrinhos já ganharam adaptações cinematográficas, séries televisivas, animações e estampam produtos como brinquedos, jogos e diversos tipos de materiais que corroboram na educação das pessoas. Entre esses heróis, já houve diversas menções e adaptações que exploram a sexualidade dos/as personagens que são pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ e também foi seguida de polêmicas envolvendo as reações do público. O primeiro personagem gay da Marvel *Entertainment* foi o herói Estrela

Polar, que teve sua sexualidade mencionada em uma edição de quadrinhos publicada em 1992, foi o primeiro entre todas as revistas de quadrinhos no mundo (Garcia, Bastos, 2022).

Ainda que possamos visibilizar e discutir outras produções da Marvel *Entertainment*, para a análise nesta pesquisa, tomamos como foco o filme “Eternos”, como artefato cultural, buscando identificar pedagogias que operam no sentido da inclusão e das diversidades de gênero e sexualidades.

“Eternos” são heróis de quadrinhos criados pelo autor Jack Kirby e publicados pela editora *Marvel Comics*. A primeira edição da revista em quadrinhos foi publicada em 1976, mas somente em 2021 que os heróis ganharam uma adaptação cinematográfica.

O filme apresenta dez novos heróis, dotados de superpoderes e que foram criados pelo Deus celestial “Arishem” para cuidar da humanidade, ajudá-los/as a evoluir e protegê-los/as de uma raça de alienígena chamada “Deviantes”. Eles/as chegaram ao planeta Terra cinco mil anos antes de Cristo, estabelecendo diferentes relações e profundas conexões com os humanos. Existem diversas mensagens e simbologias presentes na narrativa do filme que podem ser destrinchadas e analisadas minuciosamente, como conflitos sociais, crenças, ciência tecnológica etc. Para esse trabalho será analisado, no longa, pedagogias culturais que envolvem questões de gênero, sexualidade e diferenças expressas pelas personagens que constituem o longa-metragem.

O filme é dirigido por Chloé Zhao, uma diretora chinesa. Chloé modificou o gênero, aparência e etnia de alguns/as personagens originais, portanto o elenco é notavelmente diverso, incluindo atores e atrizes de várias origens étnicas e nacionalidades. Isso reflete um compromisso com a representação inclusiva e diversificada, essencialmente em um mundo globalizado no século XXI. Os destaques do filme ficam com as heroínas mulheres, pois a liderança do grupo é assumida por “Ajak”, interpretada por “Salma Hayek”, heroína que é vista como figura materna pelos demais heróis, além de ser escolhida pelo Deus celestial “Arishem” para liderar a equipe, ela também é a única que pode manter uma comunicação com ele.

Pode-se observar que são poucas as produções de ação de super heróis em que o protagonismo fica com mulheres, ou seja, filmes nos quais as mulheres são os destaques principais, exibem força, inteligência, habilidades e não dependem do heroísmo masculino para serem salvas. Produções com mulheres assumindo o controle da ação começaram a se popularizar no século XXI. No caso de Eternos o protagonismo é dividido entre as heroínas, não só pela parte visual, com as cenas de ação, mas pelas narrativas. Há uma quebra de paradigmas na qual se deixa de lado um padrão nos comportamentos

sociais que frequentemente interpelam os homens de modo a retratá-los em sua maioria como os sujeitos da ação, do protagonismo, do heroísmo, enquanto as mulheres são retratadas como frágeis e indefesas. O filme, nesse sentido, vai de encontro à retratação que reflete normas sociais generificadas e suas maneiras hierarquizadas de constituir homens e mulheres (Meyer, 2013)

De acordo com Louro (2014), esses atravessamentos de gênero como distintos lugares sociais nos interpelam desde a infância, nos momentos de diversão em que os meninos geralmente brincam de polícia e ladrão, mas também com carrinhos, soldadinhos, bonecos de super heróis, futebol, pois são os brinquedos que têm acesso; enquanto as meninas, em geral, brincam com casinhas, bonecas, de ser mãe, de cozinhar, pois lhes são presenteados com esses brinquedos distintos conforme seu gênero. Essas brincadeiras são reflexos de funções de adultos, nelas se inscrevem as pedagogias como modos de ser e se comportar. Os meninos na maioria das vezes realizam brincadeiras voltadas para a ação e o uso da força, diferente das meninas que tem como brincadeiras a manutenção da família e do lar (Louro, 2014). Os moldes sociais estão escrevendo nos corpos dessas crianças maneiras de ser e de agir de acordo com os seus gêneros, mas quando as crianças optam por brincadeiras do gênero oposto são repreendidas com generalizações como: “isso não é coisa de menino/a”. Discursos como esses são reproduzidos com frequência nas escolas (Louro, 2014). Entretanto, quando um filme passa a mostrar protagonismo pelas mulheres, essas normas sociais passam a ser desafiadas.

A personagem “Makkari”, interpretada pela atriz surda Lauren Ridloff é a primeira heroína surda no Universo Cinematográfico Marvel (MCU). Isso proporciona uma representação influente para a comunidade surda, mostrando que eles também podem ser heróis, principalmente as meninas surdas, e que a surdez não é uma limitação. Ver uma heroína surda em um papel de destaque pode inspirar pessoas surdas, especialmente crianças, ao mostrar que suas diferenças não as impedem de serem protagonistas, além de desafiar as percepções de deficiência e capacidade (Soto, 2021). “Makkari” não deixa de ser poderosa por conta da surdez e sequer se sente inferior pela ausência de sua audição. Outro aspecto que se destaca foi a necessidade de legendar o filme para que o público compreendesse a comunicação de “Makkari” que é por meio de língua de sinais. A partir disso, pode-se pensar sobre a in(ex)clusão⁸ de pessoas surdas

⁸ O conceito de in(ex)clusão, de acordo com Veiga-Neto e Lopes (2011), revela que as políticas de inclusão podem ocultar formas sutis de exclusão. Ao serem tratadas como ações técnicas e neutras, essas políticas funcionam como estratégias de controle dos sujeitos, sem necessariamente controlar as estruturas sociais que produzem desigualdades.

nas salas de cinemas, considerando que existe um alto número de exibições de filmes dublados e sem legendas para as pessoas surdas. A programação de filmes com legendas é escassa e nem todas as produções possuem legenda, na maioria dos casos são produções estrangeiras com horários de exibições reduzidos. A raridade de filmes que oferecem opções dubladas para públicos surdos nos cinemas reforça como ainda há barreiras culturais a serem superadas. Dessa forma, filmes como “Eternos” atuam como educadores ao desafiar essas normas e ao demonstrar que a inclusão é possível nos cinemas. O uso de legendas nas cenas de Makkari, bem como a escolha de representá-la como uma super-heroína surda, atua como uma pedagogia que ensina os/as espectadores/as sobre a importância da inclusão de pessoas com deficiência. Ao trazer um super-herói que usa Língua de Sinais e ao legendar essas cenas, o filme não apenas comunica a história, mas também ensina sobre a relevância da comunicação acessível e cria identificação para o público de pessoas surdas. Essa pedagogia cultural rompe com a invisibilidade historicamente atribuída a pessoas surdas nos cinemas.

Outra personagem que trazemos é a Eterna “Sersi”, interpretada pela atriz Gemma Chan, que é uma das heroínas do longa. Em uma de suas falas com seu par romântico no primeiro ato do filme, “Ikari” vivido por Richard Madden, ao declarar seu amor por “Sersi” diz que, “é de Sersi, caso ela queira”. Esse diálogo é um trocadilho no qual inverte as narrativas de inúmeras produções no qual o homem, protagonista “tem uma mulher”, a diretora desconstrói essa ideia de que homens têm as mulheres como uma posse. É possível pensar que também pode se tratar de uma crítica aos casamentos arranjados, no qual mulheres são forçadas a se casarem sem qualquer tipo de afeto pelos seus cônjuges, tendo em vista que no longa “Sersi” tinha a opção de aceitar ou não o amor de “Ikari”. O casal pode ser considerado socialmente um modelo padrão, tanto nas questões étnicas quanto na estética, mesmo que Sersi não tenha traços ocidentais. Ambos lidam com conflitos sobre seu relacionamento amoroso que acaba se rompendo, com isso, podemos entender que nem sempre o que se busca em alguém é o estético, mas sim valores e demonstrações de afetos. Podemos pensar que a escolha de não manter o casal unido se dá pelo fato de que na realidade nem todas as histórias necessitam de um casamento para se ter um final feliz, e que isso não impede as pessoas de seguirem em frente.

A heroína “Thena”, vivida por Angelina Jolie, representa uma personagem dotada de coragem, incríveis habilidades como força e projeção de armas, ela é uma releitura da deusa grega “Athenas”. Em suas cenas no longa-metragem ela se mostra confiante a todo instante, além de ter uma personalidade presente em muitos personagens homens de grandes clássicos de ação, pois “Thena” é séria, misteriosa e adora batalhas. No último

ato do filme, ela combate e derrota sozinha, em uma caverna, o ser cósmico “Deviante” que tenta roubar os poderes dos Eternos. Essa é mais uma cena que inverte os papéis de gênero perpetuados culturalmente, no qual uma mulher jamais se colocaria em uma situação de perigo em um combate de força e luta corporal, quebrando o estereótipo de que mulheres são sensíveis e delicadas (Louro, 2014). A narrativa não visa romantizar a violência, pois se trata de um filme de aventura, mas podemos estabelecer uma conexão entre a personagem e o enfrentamento à violência doméstica. Reconhecemos que essa forma de violência está presente na realidade de muitas mulheres e a maioria se sujeita às vulnerabilidades por conta de inúmeras situações como se manterem perto dos filhos, ter um lar ou até mesmo por assumirem “papéis de mulher” e se tornarem donas de casa, sem ter um meio de renda, além das ameaças que sofrem. A essas mulheres que a personagem “Thena” pode produzir significados que ilustram esperança e novas maneiras de se constituir mulher, demonstrando que podem ser fortes e lutarem por suas vidas sem ter que esperar ou depender de um salvador ou sem ter que se sujeitar às normatizações impostas às mulheres. Os heróis e heroínas se apoiam a todo instante durante os combates, mas as heroínas não são colocadas de lado ou subjugadas por serem mulheres, pelo contrário, elas têm suas potencialidades exaltadas em diversas cenas de ação. Essas pedagogias colaboram para desafiar o machismo e a superioridade masculina, posicionando as mulheres heroínas em relação de igualdade aos heróis.

O desafio às normas de gênero segue com o personagem “Kingo”, interpretado por Kumail Nanjiani. De origem paquistanesa, Kingo é apaixonado pelas artes cinematográficas e tem uma personalidade que se coloca diferente dos padrões heteronormativos. Sua relação com a arte é uma forma de se conectar com as pessoas em busca de uma identidade e pertencimento, algo que lhe parece ser um conflito interno. A personalidade de “Kingo” demonstra que há diferentes modos de ser homem e se constituir homem, de maneira a ser sensível, gostar da arte, da dança e da atuação sem se preocupar com os estereótipos e com a virilidade, tendo em vista que socialmente as normatizações sociais definem os homens como seres brutos, másculos e que reprimem seus sentimentos para não demonstrar fraqueza (Louro, 2014).

É em Eternos que ocorre a primeira adaptação cinematográfica da Marvel Studios com uma família homoconjugal e também o primeiro longa-metragem a adaptar um beijo entre dois homens no MCU. Não é o primeiro filme dos cinemas a realizar tal feito, mas é o pioneiro entre os filmes de heróis da Marvel Studios, além de ser uma produção com enorme alcance de público. O herói “Phastos”, vivido pelo ator Brian Tyree Henry, é abertamente gay. No último ato do filme, Phastos aparece ao lado de sua família,

constituída pelo seu filho adotivo e também por seu companheiro, um homem asiático, pertencente à comunidade Árabe. Pode se perceber uma interseccionalidade no casal, pois Phastos é negro, gordo e homossexual, fugindo dos padrões de estética social, a mesma observação pode ser feita a seu companheiro que também é gay, asiático e não é branco.

Devido à cena que retrata um beijo entre dois personagens masculinos, o filme teve sua exibição censurada em determinados países asiáticos. Como alternativa para viabilizar sua distribuição nesses mercados, foi proposta a edição da obra, com a remoção da referida cena. No entanto, tanto a diretora quanto a produtora Marvel recusaram-se a realizar tal alteração. Essa postura é notável, pois evidencia uma priorização da representatividade LGBTQ+ em detrimento de interesses comerciais, desafiando a lógica mercadológica que frequentemente domina a indústria cinematográfica. A equipe de produção já imaginava que o filme poderia ser barrado nesses países, mas se mantiveram firmes, mesmo que as bilheterias não atingissem o esperado (Monet, 2021). Vale destacar que a justificativa para o corte da cena do beijo é que em alguns países asiáticos como Afeganistão, Irã e Arábia Saudita, as práticas homossexuais são condenadas como criminosas e alguns desses países punem a homossexualidade com a pena de morte (Mantovani, 2019). Ao introduzir “Phastos” como o primeiro herói gay do MCU, o filme produz sentidos e significados sobre homossexualidade, atingindo a comunidade LGBTQIAPN+, não obstante a sua representação étnico-racial, em um dos mais populares e influentes universos da ficção.

Chloé Zhao articula pedagogias culturais de gênero, sexualidade e diferença na narrativa do longa, suscitando muitas reflexões por nós espectadores/as ao demonstrar uma transformação de padrões de gênero e sexualidade nos/as personagens heróis e heroínas nessa produção audiovisual. Zhao, conhecida por sua filmografia cult e distante do convencional cinema de super-heróis, trouxe uma abordagem singular ao dirigir uma produção da Marvel Studios. A escolha da diretora representou uma estratégia de endereçamento audaciosa por parte da Marvel, visando atrair um novo público enquanto desafiava as expectativas de sua base já consolidada. O filme conquistou a atenção tanto de entusiastas da fotografia quanto de cinéfilos/as/es, em grande parte devido ao histórico autoral de Chloé Zhao e à sua opção por cenários reais, minimizando o uso excessivo de efeitos visuais — um contraste marcante em relação às produções tradicionais do gênero. Além disso, a diretora enfrentou o desafio de modificar os/as personagens, os quais apresentam uma diversidade étnica significativa, além de conflitos psicológicos e sociais complexos. O ápice narrativo reside na maneira como a trama entrelaça dilemas fantásticos com questões tangíveis da vida real, resultando em uma obra que é,

simultaneamente, profunda, reflexiva e visualmente poética. O longa transcende o entretenimento convencional ao explorar temas éticos e morais, como a dinâmica das relações humanas e a importância da transformação, oferecendo camadas interpretativas que demandam um olhar atento e crítico por parte do/a/e espectador/a/e.

Também é sobre questionar as normas, o que é estabelecido social e culturalmente, é sobre exercer suas subjetividades e quais consequências esses enfrentamentos podem provocar. Essa narrativa é percebida na relação dos “Eternos” com o seu criador “Arishem”, no momento em que eles buscam a verdade e descobrem que poderiam ser vilões e não heróis, pois estavam contribuindo para a destruição do planeta Terra. Podemos estabelecer relações da ficção com os conflitos da vida real como a luta por igualdade, liberdade, guerras, crenças e uma imensa diversidade cultural, esses temas não foram colocados em um filme de heróis só para entreter, estão lá para nos ensinar algo e nos compor de novas formas.

Algumas considerações

Os artefatos possuem a capacidade de instituir novas identidades e representações, configurando nossos modos de ser, pensar e agir em determinado contexto histórico e cultural, uma vez que somos permanentemente atravessados de alguma forma por suas pedagogias (Lins, Castro, 2024). O filme analisado, compreendido como artefato cultural, contribui significativamente para enfatizar a importância de contar histórias que representam diferentes perspectivas e experiências, potencializando mensagens e pedagogias culturais com temas que são relevantes para a sociedade atual, como a diversidade e a inclusão. As cenas que tratam de inclusão acontecem de forma implícita, sem estereótipos e generalizações. Essas histórias podem influenciar positivamente as percepções e atitudes do público em relação às diversidades nos meios midiáticos e também em diversos espaços sociais, principalmente nas escolas. A inclusão de personagens LGBTQIAPN+ em grandes produções pode aumentar a visibilidade e a compreensão dessas comunidades, combatendo estereótipos e promovendo o respeito.

Em nossa análise do filme Eternos, identificamos pedagogias culturais que problematizam as diferenças, articulando-as em uma narrativa que visa ampliar a compreensão, a representação e o respeito às diferenças. O estudo demonstra a recorrência dessas pedagogias no discurso fílmico, as quais são estrategicamente incorporadas com alguma intencionalidade. Observamos algumas pedagogias culturais em ação, estruturadas em torno de temas como as construções plurais de gênero e sexualidade, a centralidade feminina em produções cinematográficas de ação e aventura,

a representação da comunidade surda no cinema e as distintas configurações familiares. Tais elementos foram examinados sob a ótica dos estudos de gênero e sexualidade, ainda que o filme também permite abordagens analíticas a partir de outras perspectivas teóricas, ampliando seu potencial como objeto de estudo crítico.

Embora existam pedagogias, nem sempre ou tão facilmente são percebidas. Dessa forma, são necessárias análises minuciosas, com possibilidades de pôr em prática propostas pedagógicas para encontrar e destrinchar essas mensagens, além realizar discussões com o objetivo de promover maiores reflexões sobre suas pedagogias.

Assim como no filme, existem incomensuráveis artefatos culturais que abordam sobre as diversidades de gênero e sexualidade, tais como, revistas em quadrinhos, redes sociais, vídeos informativos no *youtube*, seriados, telenovelas, livros etc. que problematizam e provocam reflexões nos/as espectadores/as. Todos esses artefatos estão ao alcance de qualquer pessoa e têm potencializado visibilidade para diversas causas sociais, crescendo de forma exponencial na *internet* e fora dela, eles também têm gerado muitas experiências positivas. Percebe-se que nas últimas décadas aumentou a visibilidade de pessoas que evocam suas identidades, encontram lugares para pertencer, lutam por movimentos de expansão da consciência em prol de direitos como o respeito, liberdade e equidade.

Portanto, se nossos/as/es representantes políticos, a comunidade escolar e, em especial alguns professores/as, persistam em negligenciar uma educação que promova respeito e igualdade de pessoas de gêneros e sexualidades dissidentes nos espaços formais de educação, seja por temor, receios ou por indiferença, será necessário ignorar deliberadamente as demandas sociais que se impõem. Não podemos desconsiderar as experiências que atravessam as vivências dos/as/es estudantes, sob o risco de as instituições escolares se tornarem progressivamente irrelevantes. Vale ressaltar que a escola já não detém o monopólio da produção de conhecimento e, ao manter-se alheia a essas questões, transforma-se em um ambiente dissonante, apático e violento, com impactos diretos na vida daqueles que cotidianamente enfrentam diversas formas de opressão.

Referências

AMARAL, Caroline Amaral; CASEIRA, Fabiani Figueiredo; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Artefatos Culturais: pensando algumas potencialidades para discussão dos corpos, gêneros e sexualidades. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

ANDRADE, Paula Deporte de. Artefatos culturais midiáticos e pedagogias culturais: uma análise para explorar as qualidades pedagógicas da vida contemporânea. a. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais eletrônicos [...]**. São Luís, MA: UFMA, 2017. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalho_38anped_2017_GT16_248.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

ANDRADE, Paula Deporte; COSTA, Marisa Vorraber. Usos e possibilidades do conceito de pedagogias culturais nas pesquisas em estudos culturais em educação. **Textura**, Canoas, v. 17, n. 34, p. 48-63, mai./ago. 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/1501/1140>> Acesso em: 17 jan. 2025.

BORTOLINI, Alexandre. **É pra falar de Gênero Sim**: Fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação. [s.n.] Brasília, 2023.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: BRAH, Avtar. *Cartographies of Diaspora: Contesting Identities*. Londres/Nova York: Routledge, 1996. Capítulo 5, p. 95-127. Tradução publicada em **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/B33FqnvYyTPDGwK8SxCPmhy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 11 maio de 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Lei das comunicações eletrônicas e do Marco Civil da Internet. Brasília, DF, [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 17 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 12 de dez. de 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430946/2/eBook_%20Genero_e_Sexualidade_na_Atualidade_UFBA.pdf>. Acesso em: 12 de dez. de 2024.

DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: Uma trajetória Filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Saiba por que ‘Eternos’ está sendo proibido em países árabes. **Monet**, 2021. disponível em: <https://revistamonet.globo.com/Filmes/noticia/2021/11/saiba-por-que-eternos-esta-sendo-proibido-em-paises-arabes.html>> Acesso em: 15 de jan. de 2025.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org) **Nunca fomos humanos - No**

rastro dos sujeitos. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 9-76. disponível em: https://www.academia.edu/5017798/Nunca_fomos_humanos_nos_rastros_do_sujeito_Tomaz_Tadeu_org . Acesso em: 04 de dez. de 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GARCIA, Yuri; BASTOS, Thiago Freitas. **A representatividade das minorias sociais nas histórias em quadrinhos dos X-Men e sua importância para a sociedade.** *Insólita*, ano 1, v. 1, n. 2, 2022. Disponível em:<<https://revistas.intercom.org.br/index.php/insolita/article/view/4254>.> Acesso em: 12 dez. 2024.

GUIMARÃES, Raquel Lins; CASTRO, Roney Polato de. Pedagogias dos artefatos culturais na constituição de juventudes, gênero e sexualidade. **Diversidade e Educação**, v. 12, n. 1, p. 144–164, 2024. DOI: 10.14295/de.v12i1.17372. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/17372> Acesso em: 13 mar. 2025.

GRINBERG, Felipe e RISTOW, Fabiano. Crivella manda recolher HQ dos Vingadores com beijo gay; Bial se recusa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 set. 2019. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/cultura/crivella-manda-recolher-hq-dos-vingadores-com-beijo-gay-bienal-se-recusa-23930534>> Acesso em: 17 jan. 2025.

HENRIQUE, Arthur. Teaser de 'Eternos' foca em primeiro casal gay do Marvel Studios. **Olhar Digital**, 4 out. 2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/10/04/cinema-e-streaming/eternos-teaser-primeiro-casal-gay-marvel/>. Acesso em: 12 dez. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. ‘Ideologia de gênero’: a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ‘ameaça à família natural’?. In: Paula Regina Costa Ribeiro; Joanalira Corpes Magalhães. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade.** Rio Grande: Editora da FURG, 2017, p. 25-52.

KORNATZKI, Luciana; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Pedagogias culturais no seriado Modern Family. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 44–58, 2017. DOI: 10.14295/momento.v26i1.6816. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/6816>. Acesso em: 10 maio. 2025.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação:** Uma perspectiva Pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MAKNAMARA, M. Quando artefatos culturais fazem-se currículo e produzem sujeitos. **Reflexão e Ação**, v. 28, n. 2, p. 58-72, 2 jun. 2020

MAZA, Luiz. Mesmo com boicote, *Eternos* lidera na bilheteira brasileira e mundial. **Metrópoles**, 2021. Disponível em: <https://www.metrópoles.com/entretenimento/cinema/mesmo-com-boicote-eternos-lidera-na-bilheteira-brasileira-e-mundial>. Acesso em: 4 maio 2025.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes; AMARAL, Caroline Amaral; CASEIRA, Fabiani Figueiredo. Artefatos Culturais: pensando algumas potencialidades para discussão dos corpos, gêneros e sexualidades. In: RIBEIRO, Paula Regina; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (orgs.) **Debates contemporâneos sobre educação para sexualidade**. 1 ed. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

MANTOVANI, Flávia. Relação homossexual é crime em 70 países, mostra relatório mundial. **Folha de S.Paulo**, 2019. Disponível em:<<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/relacao-homossexual-e-crime-em-70-paises-mostra-relatorio-mundial.shtml>>. Acesso em: 21 de dez. de 2024.

MENDES, P. de O.; S. P., MAHEIRIE, K.; GESSER, M. A retirada dos termos “igualdade de gênero e orientação sexual” do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. **Diversidade E Educação**, v. 8, n. 2, 128–151, jul./dez 2021. Disponível em:<<https://doi.org/10.14295/de.v8i2.12282>> Acesso em 22 de dez. de 2024.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: Teoria e Política. In: MEYER, Dagmar Estermann; LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 11 - 29.

MONTEIRO, Rodrigo. Os X-Men e o preconceito. **Omelete**, 2021. Disponível em: <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/os-x-men-e-o-preconceito>. Acesso em: 4 mai. 2025.

RAEL, Claudia Cordeiro. Gênero e sexualidade nos desenhos da Disney. in: _____. LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p. 160 - 171.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SOTO, Cesar. Eternos: com 1ª heroína surda e 1º herói gay, Marvel traz mais diversidade a seu universo. **G1**, 4 nov. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2021/11/04/eternos-com-1a-heroína-surda-e-1o-herói-gay-marvel-traz-mais-diversidade-a-seu-universo.ghtml>> Acesso em: 12 dez. 2024.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: USFC, 2008.

TUVUCA, Marcelo. Meta passa a permitir que doença mental seja vinculada a gênero ou orientação sexual em posts no Facebook, Instagram e Threads. **G1**, 2025. Disponível em:< <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/01/07/meta-passa-a-permitir-que-doença-mental-seja-vinculada-a-genero-ou-orientacao-sexual-em-posts-no-facebook-instagram-e-threads.ghtml>> Acesso em: 17 jan. 2025.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão.

Verve, São Paulo, n. 20, 2011. Disponível

em:<<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886/11118>> Acesso em: 8 maio 2025.

Recebido em maio de 2025.
Aprovado em junho de 2025.